

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

CEB Lajeado S/A.

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2023**

Ano Base: 2022

Texto em Vigor aprovado pela 212ª (Ducentésima Décima Segunda)
Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CEB Lajeado de
28/09/2023.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

CARTA ANUAL – CEB LAJEADO S/A.

SUMÁRIO

1.	Organização Societária	Pág.	1
2.	Mensagem da Administração	Pág.	2
3.	Comercialização de Energia	Pág.	3
4.	Gestão Econômico-Financeiro	Pág.	7
5.	Efeitos Econômicos da Repactuação do Risco Hidrológico	Pág.	11
6.	Outros Dados Econômicos Relevantes	Pág.	12
7.	Relacionamento Institucional	Pág.	13
8.	Força de Trabalho	Pág.	13
9.	Identificação Geral	Pág.	14
9.1.	Recursos Financeiros	Pág.	14
9.2.	Nosso Compromisso Público	Pág.	15
9.3.	Índices-Financeiros	Pág.	15
9.3.1.	Retorno sobre o Capital próprio - ROE	Pág.	15
9.3.2.	ROIC/NOPAT	Pág.	16
9.3.3.	EVA	Pág.	17
10.	Governança Corporativa	Pág.	18
11.	Nossos Controles Internos e Gestão de Riscos	Pág.	19
11.1.1.	Nossos Fatores de Risco	Pág.	20
11.2.	Remuneração dos Administradores	Pág.	22
11.3.	Informações Relevantes	Pág.	23

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

1. Organização Societária

A CEB LAJEADO S.A. (“CEB Lajeado” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela *holding* Companhia Energética de Brasília – CEB e pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. A sua criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, sendo devidamente constituída em 22 de fevereiro de 2000. Em janeiro de 2006, essa lei foi alterada pela Lei Distrital nº 3.737/2006, autorizando a sua reestruturação societária. No exercício de 2022, sua sede social está localizada na cidade de Brasília – DF, no endereço SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º andar - Edifício ION - Asa Norte.



De acordo com o livro de registro de ações relativos ao exercício de 2022, os acionistas detentores do capital integralizado da Companhia, nas classes de ações “ordinárias e preferencialistas”, são apresentados no quadro a seguir, com a quantidade de ações e participação no capital social:

Acionistas	Ações ordinárias (ON)		Ações preferenciais (PN)		Total de Ações Quantidade	PL - Capital Valor R\$	Participação %
	Quantidade	%	Quantidade	%			
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	82.013.911	67.291.552	59,93
Eletrobrás	-	-	54.835.800	100	54.835.800	44.992.198	40,07
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	247	-
Sergio Feijão Filho	-	-	2	-	2	1	-
Total	82.013.911	100	54.836.102	100	136.850.013	112.283.998	100

Referência: Composição Acionária em 31 de dezembro de 2022.

Como mostrado na estrutura de negócios, a Companhia Energética de Brasília (CEB Holding) e Eletrobrás detêm, respectivamente, 59,93% e 40,07% do patrimônio da CEB Lajeado, sendo que a CEB Holding possui 100% das ações ordinárias, com direito a voto. Por outro lado, o Acordo de Acionistas firmado entre as empresas, garante à Eletrobrás vantagens financeiras nas Ações Preferenciais e em Partes Beneficiárias, o que resulta para esse sócio rendimentos equivalentes a 49,67% do lucro de cada exercício obtido pela CEB Lajeado.

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Investco S.A., são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997 (término em 15 de dezembro de 2032).

Entretanto, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.632/2021, de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão em 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre, já que o contrato bilateral firmado com Neoenergia Distribuição S/A. se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

Consoiciadas	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

Referência: Contrato de Concessão nº 05/1997.

2. Mensagem da Administração

O setor elétrico vem passando por mudanças importantes dentro e fora do Brasil. Influenciado por tendências mundiais e acontecimentos internos, o mercado de energia brasileiro acaba se tornando complexo para empresas que têm eletricidade como seu principal consumo. Para se manterem competitivas, produtivas e sustentáveis, o caminho apontado por especialistas de mercado é analisar o setor elétrico com a intenção de acompanhar as principais notícias para gerar um planejamento energético bem estruturado.

Os primeiros meses do ano de 2022 foram marcados pela incerteza diante de um mercado mundial instável que enfrentou mais um evento preocupante depois de dois anos de pandemia: a guerra entre Rússia e Ucrânia. O resultado das novas negociações, dentro desse cenário, foi a elevação do preço dos recursos energéticos, que obedeceram ao ritmo da baixa oferta e da redução dos estoques, diante do complexo palco geopolítico.

Por outro lado, a busca por soluções que atendessem a demanda não se limitou somente a recursos não renováveis. Tivemos crescimento nos investimentos em energias renováveis, que se mostraram um caminho viável para alcançar segurança em meio às crises mundiais. As previsões para os próximos anos apontam um Brasil com um consumo de energia crescente, com muita dinâmica na geração de energia e mais abertura para o Ambiente de Comercialização Livre (ACL), valendo também destacar a oferta na quantidade de leilões de energia visando a competitividade e a redução de custos para as empresas desse segmento.

O ano de 2022 foi marcado por um período de realização positiva no setor de energia com recuperação das hidrelétricas participantes do Sistema SIN (Sistema Interligado Nacional), que aumentou significativamente a sua capacidade de armazenamento provocado principalmente pelo grande volume de chuvas no final de 2021 e nos primeiros meses desse ano, o que promoveu o reabastecimento dos reservatórios.

Ao mesmo tempo, foi possível verificar uma retomada gradual da economia em todo o território nacional a partir de segundo semestre do ano, tais como: redução da inflação, redução dos preços de combustíveis, de energia elétrica pela indústria e aumento da oferta de trabalho com retomada do consumo pelas famílias. Tais medidas por parte do Governo favoreceu o aumento do consumo de energia.

Outro grande ponto de destaque foi a queda nos valores do Preço das Liquidações das Diferenças - PLD e o aumento do Generation Saling Factor (GSF), ou seja, de acordo com os dados fornecidos pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o PLD assumiu uma média de R\$58,99 e o GSF para o ano ficou em aproximadamente 86%. Reflexo dessa retomada à normalidade do setor elétrico permitiu a redução da exposição ao mercado de energia, reduzindo significativamente o custo de energia que vinha sofrendo com efeitos da volatilidade climática e mercadológica dos últimos anos.

A Companhia adquiriu, ao longo de 2022, energia no mercado livre com o objetivo de "Hedge" para o segundo semestre de 2022, visando mitigar os riscos de exposição do MCP/CCEE para o período mais escasso do ano, quando as chuvas praticamente não ocorrem. Tal "Hedge" gerado foi decisivo para atenuar os impactos econômicos no segundo semestre, trazendo resultados positivos para empresa.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Havia uma previsão de desembolso em 2022 visando aquisição de energia junto ao MCP/CCEE de recursos financeiros disponíveis, na ordem de R\$33.790 mil, porém, em razão da redução do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD ao longo do ano, das ações de acompanhamento e mitigação de riscos no mercado de curto prazo, foram desembolsados somente R\$4.816 mil no exercício de 2022, tendo seu custo bastante atenuado. O resultado desta operação proporcionou economia financeira para a Companhia, refletindo diretamente no fluxo de caixa do ano, e, conseqüentemente, no pagamento incidente sobre o lucro de 2022.

Outro fato relevante ocorrido em 2022 e que influenciou positivamente o resultado da Companhia foi a Repactuação do Risco Hidrológico, em obediência a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do Generation Scaling Factor - GSF no Ambiente de Comercialização Livre – ACL.

A alteração legal teve como objetivo a compensação de valores aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em face de riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e (iii) geração fora da ordem de mérito e importação.

Conseqüentemente, a CEB Lajeado obteve a extensão da sua concessão em 980 (novecentos e oitenta) dias. Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ativo referente ao ganho estimado que irá auferir neste período adicional.

O ativo intangível foi reconhecido após a aprovação pela Administração da nova política contábil em 2022, bem como da apuração dos ganhos estimados, que a Companhia irá auferir no período adicional de concessão, considerando premissas utilizadas pela CCEE para reembolso aos agentes de mercado dos gastos adicionais pagos no passado, sendo que a CCEE se baseou em projeções de receitas, custos e despesas para o período de 15 de janeiro de 2033 a 22 de setembro de 2035, bem como a taxa de desconto destes fluxos futuros para determinação do valor justo deste ativo para a presente data.

Sendo assim, a Companhia reconheceu, no 1º semestre de 2022, um ativo intangível que equivale a extensão de 2 anos e 8 meses em seu prazo de concessão, no valor de R\$51.628 mil, posicionados em 01 de janeiro de 2022, o que gerou um ganho no resultado do exercício. Este ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final do prazo de concessão. Destacamos que o advento da contabilização do ganho foi meramente econômico, não havendo entrada de recursos financeiros para a Companhia.

Ao longo de 2022, a CEB Lajeado avançou consideravelmente em mecanismos de governança e controle, atualizou seu mapa de risco e plano de ação que será implementado em 2023, com vistas a atender às determinações da Lei 13.303/2016. Além disso a Companhia prestou contas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao órgão regulador de energia elétrica (ANEEL). Em 2023, serão mantidos os aprimoramentos contínuos em todas as áreas da Companhia, melhorando os índices de desempenho e performance do negócio “Lajeado”, contribuindo positivamente no impacto econômico e geração de valores para os controladores.

3. Comercialização de Energia

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Luís Eduardo Magalhães. Esses ativos são arrendados, exclusivamente, aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular de arrendamento, celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A CEB Lajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidrelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, participando da sociedade Investco S.A. (“Investco”), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

Da cota parte da CEB Lajeado, do montante da energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, aproximadamente 94% é comercializada com a Neoenergia Distribuição S.A., por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento.

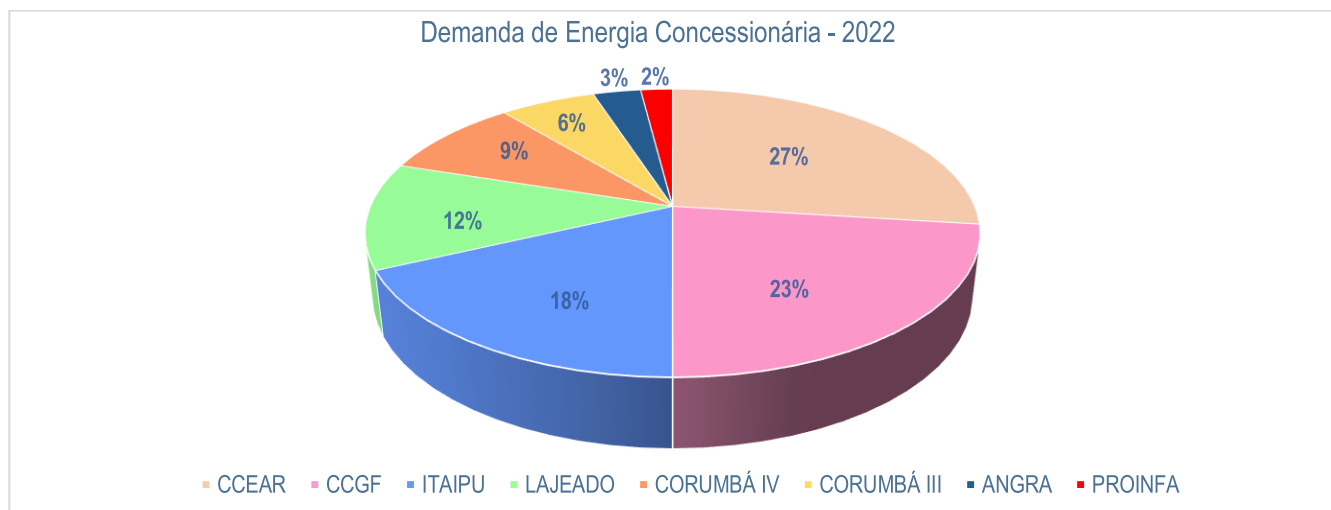
À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Companhia, porém, mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado S.A. é titular.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Em 2022, com a recuperação da economia após dois anos em queda, reflexo da pandemia de COVID-19, a CEB Lajeado S/A. manteve a sua participação no fornecimento de energia para o Distrito Federal, sendo responsável pelo suprimento de 12% de toda a energia demandada pela Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica do Distrito Federal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

1	2	3	4	5	6	7	8
CCEAR	CCGF	ITAIPU	LAJEADO	CORUMBÁ IV	CORUMBÁ III	ANGRA	PROINFA
27%	23%	18%	12%	9%	6%	3%	2%

Referência: Quadro 2022 de Fornecedores Neoenergia Distribuição S/A.



Fonte: Quadro de Fornecedores da Neoenergia em 2022.

Instituída no Brasil pela Resolução Normativa da ANEEL nº 109/2004, que veio atender a Lei 10.848/2004, art. 4º, e ao Decreto 5.177/2004, art. 1º, a comercialização é realizada por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e está envolvida diretamente com a compra, venda e gestão dos recursos e requisitos, podendo ocorrer entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços de instalações de energia elétrica, por meio de contratos regulados ou livres.

Desde 2004, este segmento está dividido em três esferas:

- Ambiente de Contratação Regulada (ACR), também chamado de mercado regulado, é onde as distribuidoras adquirem sua demanda de energia e onde ocorrem os leilões regulados. Leilões, esses, que visam incentivar a competição para obtenção de uma energia a um menor custo;
 - Ambiente de Contratação Livre (ACL), também chamado de mercado livre, é onde são firmados os contratos bilaterais e que têm como principais participantes as geradoras, as comercializadoras, os consumidores livres e especiais;
 - Mercado de Curto Prazo (MCP), onde são liquidadas as diferenças entre aquilo que é gerado e o que foi vendido nos contratos.

O MCP surge devido a heterogeneidade do processo de geração, ou seja, da diferença entre a demanda contratada e a geração efetiva, na qual a valoração é feita pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Exemplificando, um agente que, em um determinado mês, gera menos energia que a quantidade vendida em contrato, compra o montante faltante no MCP a valor de PLD, enquanto aquele que gera mais vende a diferença a PLD.

É importante destacar os principais fatos ocorridos no cenário mundial que afetaram diretamente a comercialização nos últimos tempos, a saber: a pós pandemia, as questões geopolíticas, a guerra na Ucrânia, as crises ambientais e incertezas econômicas; realçando que, dentro do cenário climático, o fenômeno La Niña tem se enfraquecido e o El Niño tende a crescer, aumentando assim a probabilidade de chuvas na região Sul e seca nas regiões Norte e Nordeste.

Em 2022, o cenário energético brasileiro teve um crescimento de 3,2% na geração, levando a um crescimento da oferta interna de energia elétrica de 1,6% em relação ao ano anterior, sendo essa oferta composta pela importação líquida e a geração nacional. Ao mesmo tempo, o consumo final teve uma expansão de, apenas, 2,3% comparado com 2021.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Enquanto isso, a geração hidrelétrica, principal fonte de produção de eletricidade no Brasil, cresceu 17,7% em comparação com 2021 e a geração termoeétrica teve uma queda de 32,3% devido ao aumento no uso da fonte hidráulica, uma vez que o regime de chuvas provocou o aumento dos níveis dos reservatórios.

O PLD é calculado diariamente pela CCEE e leva em consideração fatores como: volume de produção das hidrelétricas, condições climáticas, demanda dos consumidores, preço dos combustíveis, custo de déficit, valores para escoamento da energia gerada (transmissão de energia) e relação entre entrada de novos projetos e disponibilidade de geração. Além disso, o PLD é pré-fixado, anualmente pela ANEEL, em um valor máximo e mínimo para o MWh.

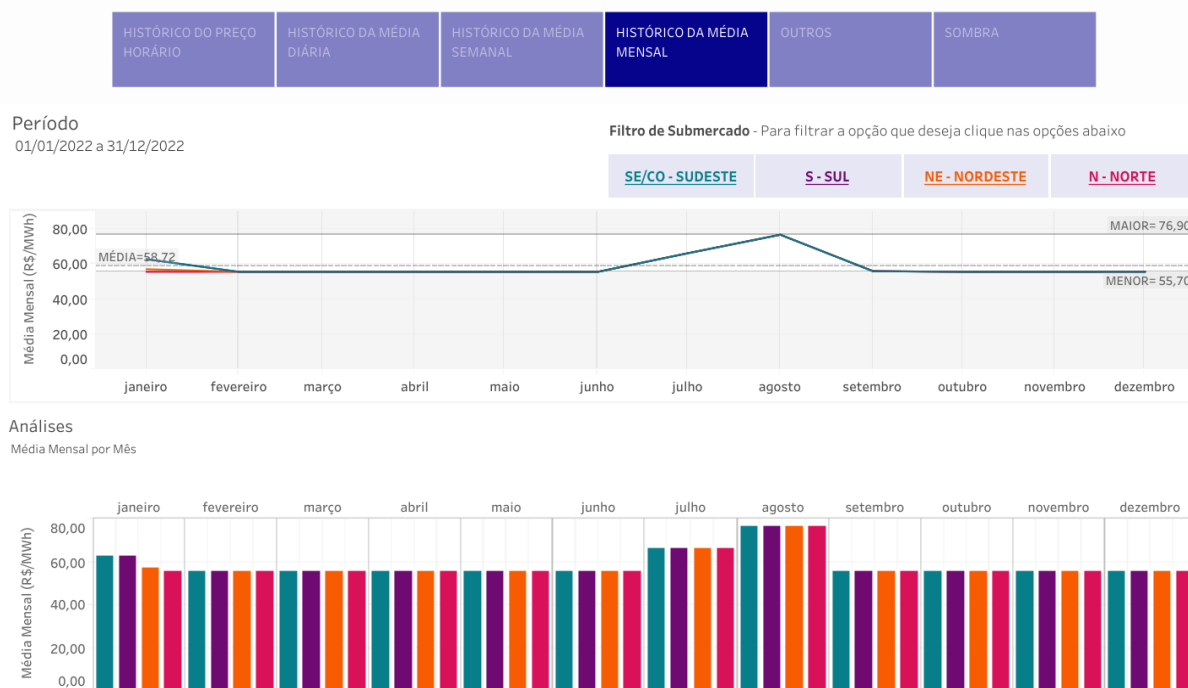
O quadro abaixo apresenta a média do PLD no ano de 2022:

Projeções PLD - Esfera	Projeções do Preço das Liquidações das Diferenças - PLD				Média do PLD em 2022	
	1º Trimestre (Média)	2º Trimestre (Média)	3º Trimestre (Média)	4º Trimestre (Média)		
Projeção PLD Médio	58,10	55,70	66,43	55,70	R\$	59,99

Fonte: <https://www.ccee.org.br/precos/painel-precos>

Nota-se que em 2022 o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD atingiu seu patamar mínimo de R\$58,10 no 1º trimestre de 2022 e no 3º trimestre atingiu seu valor máximo estabelecido pela ANEEL, equivalente a R\$66,43, tendo uma média anual de R\$58,99 na CCEE. A queda do preço se estabeleceu devido às condições meteorológicas e hidrológicas mais favoráveis, inclusive no período de seca, tais como o excesso de chuvas, ou seja, mais água nos reservatórios e o aumento no consumo de energia pela retomada da economia.

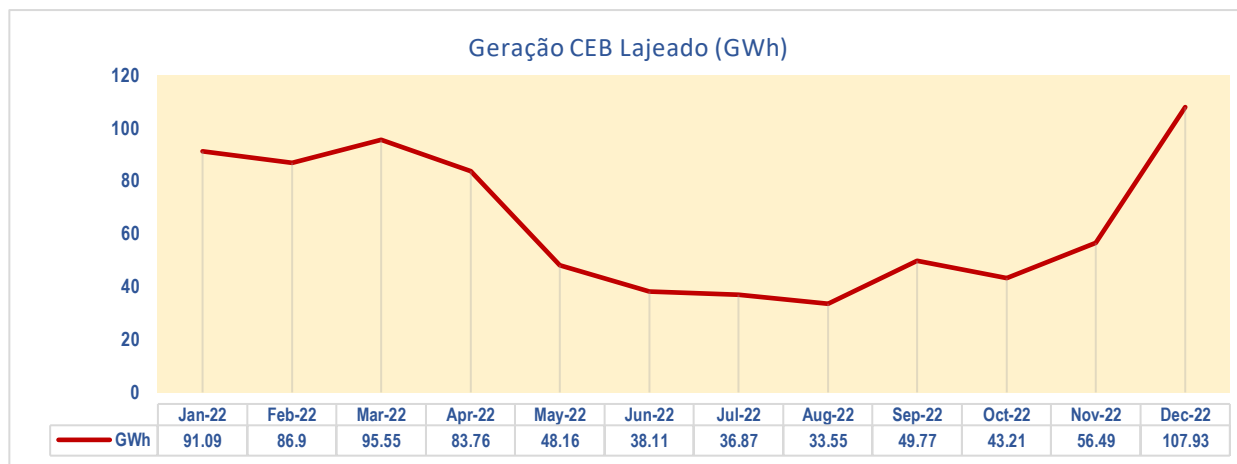
Na figura 1, está representada a curva média mensal do PLD de 2022, na qual é possível observar que de fevereiro a junho e de setembro a dezembro o preço se manteve no patamar mínimo estabelecido pela ANEEL de R\$ 55,70/MWh, sendo grande parte desse resultado influenciado por um cenário de aflúências favoráveis com valores próximos às médias históricas, aliada a elevação nos níveis de armazenamento dos principais reservatórios do país e de um baixo crescimento da carga.



Fonte: Figura 1 - Evolução PLD 2022. Fonte: Painel de Preços CCEE.

As nuances da curva de geração da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), atrelada às condições climáticas e de mercado, aos requisitos técnicos operativos definidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e às estratégias comerciais da CEB Lajeado, influenciam diretamente na comercialização de energia da Companhia, que, em 2022, apresentou a curva descrita na [Figura 2](#):

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)



Fonte: Figura 2 - Geração UHE Luís Eduardo Magalhães 2022.

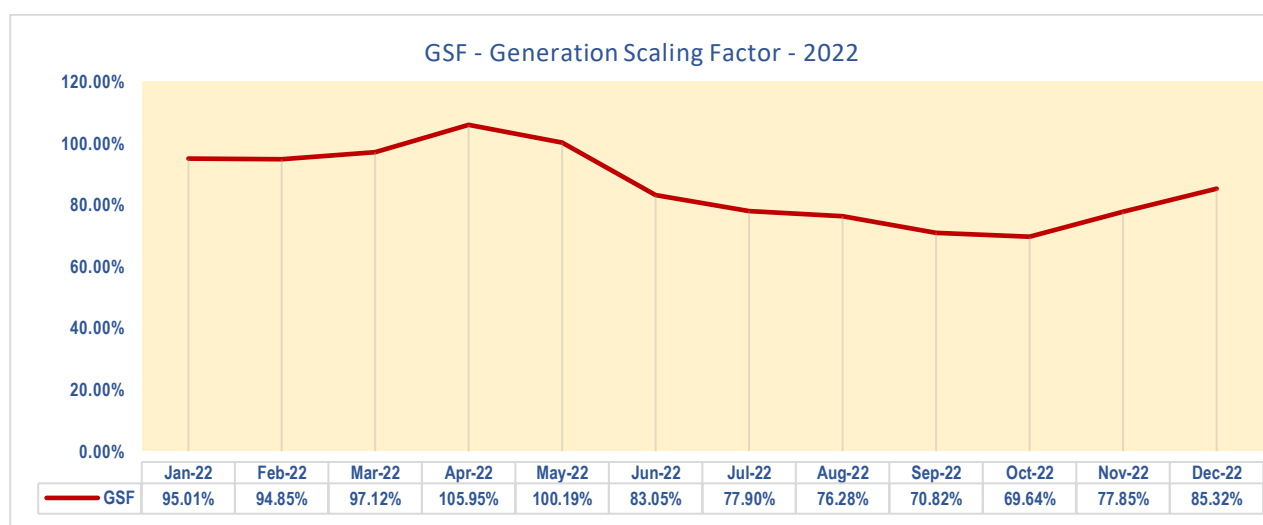
A Garantia Física é um conceito desenvolvido ao longo do tempo, inicialmente lançada para auxiliar o planejamento do setor elétrico e adaptado para a comercialização, visando unir os aspectos técnicos e econômicos, a partir da determinação da quantidade máxima de energia correspondente a um empreendimento dado os critérios de garantia de suprimento.

Conforme Decreto nº 8.828/2016, o Ministério de Minas e Energia - MME - é responsável por determinar e publicar os valores e a metodologia de cálculo das garantias físicas para projetos de geração de energia, calculados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, de forma a constar nos acordos firmados de exploração dos recursos (Contrato de Concessão).

Tendo em vista as transformações técnicas, a evolução do sistema e o que estabelece o mencionado decreto, as usinas hidrelétricas devem passar por revisões de garantia física, podendo ocorrer ordinariamente a cada 5 (cinco) anos e/ou extraordinariamente na ocorrência de fatos relevantes, tais como: alterações de projeto ou intervenções para modernização e repotenciação.

Durante o ano ocorreram procedimentos para a 2ª Revisão Ordinária da Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), para início de vigência em 1º de janeiro de 2023. Dessa forma, o novo cálculo levou a um decréscimo de 3,5% na Garantia Física das hidrelétricas despachadas no SIN e a redução das garantias físicas de cada usina individualmente, uma vez que essa diminuição provoca uma reação em cadeia entre todas as usinas que compõem o sistema. Em decorrência disso, a CEB Lajeado teve uma perda 4,99%, saindo de 505,1 MWmed para 479,9 MWmed.

Em 2022, o GSF foi menor que 1 no período de seca, alcançando os menores patamares em grande parte dos meses, como visto na [Figura 3](#). Isso se deve, principalmente, pelos eventos climáticos, tais como estiagens prolongadas, onda de calor e tempestades, afetando o nível dos reservatórios e, conseqüentemente, o despacho do operador do sistema.



Fonte: Figura 3 - Fator GSF 2022, Infomercado mensal nº 186 - Contabilização de dezembro de 2022.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Por outro lado, outros fatores que contribuíram para a redução do Generation Scaling Factor - GSF são (i) o aumento do uso de fontes renováveis intermitentes (solar e eólica), que causam uma menor geração por meio das hidrelétricas, e (ii) o despacho por termelétricas fora da ordem de mérito de custo, que levam a um gasto maior com combustíveis mais caros.

De modo geral, compõem as estratégias de comercialização da CEB Lajeado o acompanhamento:

- da geração e transmissão da UHE Luíz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), uma vez que está diretamente ligada a entrega do produto vendido;
- da Garantia Física das usinas dentro do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), na qual diferenças entre volume de energia gerado e garantia física sazonalizada dos agentes influenciam na definição do risco hidrológico, resultando no chamado Ajuste do MRE (GSF), que impacta significativamente na exposição ao mercado de curto prazo;
- do balcão de comercialização de energia, que indica as condições comerciais praticadas no mercado livre em determinado momento, mostrando os preços praticados para cada tipo de energia e período, podendo influenciar nos valores ofertados pelos agentes de comercialização;
- da variação do PLD, que pode impactar os volumes financeiros de crédito ou déficit dentro do MCP;
- das projeções de mercado, que envolvem fatores econômicos e políticos do país e alteram todo o cenário do setor elétrico, desde políticas de incentivo até mesmo a demanda de consumo;
- dos contratos de compra e venda de energia e atendimento as regras legais de comercialização, uma vez que podem afetar a contabilização e o faturamento;
- das previsões meteorológicas, tendo em vista que o despacho da usina pelo ONS considera a disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas, influenciando os volumes de geração;
- da programação de operação do SIN, considerando as previsões de carga de energia e a política de operação adotada pelo ONS.

4. Gestão Econômico-Financeira

A CEB Lajeado S.A., na condição de Empresa Estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, integra o programa “Energia para o Desenvolvimento”. A receita da Companhia oriunda da venda de energia é somada pelo rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na empresa Investco S.A., detentora dos ativos de geração da Usina.

No exercício de 2022, a CEB Lajeado S.A. obteve lucro, antes dos impostos e participações, de R\$228.324 mil, resultando, após estas deduções, um lucro líquido de R\$144.207 mil.

Entretanto, ocorreu a corroboração da repactuação do risco hidrológico, conforme Lei nº 14.052/2020, no montante de R\$51.628 mil, (evento não recorrente). Portanto, conforme relatado, este resultado apurado é o maior alcançado pela CEB Lajeado desde a sua fundação e posterior entrada em operação.

Inúmeros fatores corroboraram para este resultado, tais como uma considerável redução dos valores de arrendamento pagos à coligada INVESTCO. Contudo, o resultado das operações com energia foi bastante atenuado por questões climáticas, com a enorme quantidade de chuvas no início do ano, além do alcance do bom resultado financeiro, que também proporcionou a elevação do caixa da Companhia.

Não diferente de 2021, o ano de 2022 marcou para a Companhia a elevação da receita bruta, corroboradas pelo reajuste do contrato com a Neoenergia S/A pelo IGP-M, além do custo atenuado perante às operações no mercado de energia e ganhos financeiros, e com resultado reflexo por equivalência patrimonial com a coligada INVESTCO.

O mundo passou os últimos dois anos enfrentando a crise da Pandemia Mundial, e mesmo com as incertezas enfrentadas em diversos segmentos da economia global, podemos considerar que a CEB Lajeado passou por esta etapa sem grandes obstáculos e continuou proporcionando aos seus acionistas excelente retorno de seus investimentos, tendo sido distribuído todo o dividendo, conforme 21ª e 22ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas - AGO.

O quadro a seguir apresenta o resultado nas operações da Companhia em 2022 e 2021:

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE				
DRE GERENCIAL - EXERCÍCIOS	2022	2021	Δ 2022/2021 - R\$	Δ 2022/2021 - %
Venda Neoenergia S/A	246.580	205.523	41.057	19,98%
Venda de Energia MCP-MRE	6.277	67.999	(61.722)	-90,77%
Receita Operacional Bruta	252.857	273.522	(20.665)	-7,56%
Impostos e Contribuições	(31.796)	(32.597)	801	-2,46%
Receita Operacional Líquida	221.061	240.925	(19.864)	-8,24%
Energia Comprada	(9.349)	(70.633)	61.284	-86,76%
Custo de Transmissão	(16.034)	(14.215)	(1.819)	12,80%
Encargos com Energia	(1.387)	(1.383)	(4)	0,29%
Repactuação do Risco Hidrológico	51.628	-	51.628	100,00%
Arrendamento	(42.086)	(23.608)	(18.478)	78,27%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.260)	(5.749)	(511)	8,89%
Amortização Ágio e GSF	(8.516)	(5.887)	(2.629)	44,66%
Equivalência Patrimonial	22.071	5.515	16.556	300,20%
Lucro Operacional	211.128	124.965	86.163	68,95%
Receitas Financeiras	18.534	4.752	13.782	290,03%
Despesas Financeiras	(1.338)	(664)	(674)	101,51%
Lucro antes dos tributos	228.324	129.053	99.271	76,92%
IRPJ e CSLL Correntes	(51.885)	(40.148)	(11.737)	29,23%
IRPJ e CSLL Diferidos	(16.209)	(305)	(15.904)	5214,43%
Lucro antes das partes beneficiárias	160.230	88.600	71.630	80,85%
Partes Beneficiárias	(16.023)	(8.860)	(7.163)	80,85%
Lucro Líquido do Período	144.207	79.740	64.467	80,85%
Ebitda - 2022/2021	219.744	130.952	88.852	67,88%
Ebitda - 2022/2021 (deduzido do evento não recorrente)	168.116	130.952	37.224	28,44%

Referência: Demonstrações Financeiras CEB Lajeado - (2022-2021).

➤ **Abaixo seguem alguns comentários relativos às principais operações com receitas e despesas em 2022 e 2021:**

Receita Bruta e Impostos	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R\$)	Δ 2022/2021 (%)
Venda Neoenergia S/A	246.580	205.523	41.057	19,98%
Venda de Energia MCP-MRE	6.277	67.999	(61.722)	-90,77%
Receita Operacional Bruta	252.857	273.522	(20.665)	-7,56%
(-) Pis e Cofins / Encargos do Setor	(31.796)	(32.597)	801	-2,46%
Receita Operacional Líquida	221.061	240.925	(19.864)	-8,24%

- A receita operacional bruta em 2022 obteve um resultado menor, conforme relatado acima, em virtude das operações no mercado de energia elétrica, com uma queda em 7,56%, corroborada por questões mercadológicas, climáticas e com a variação do Preço das Liquidações das Diferenças - PLD em baixa, tendo uma média anual de R\$58,99;
- Quanto aos impostos e encargos do setor, composto por deduções de tributos, recursos hídricos que são utilizados na produção de energia da usina, pesquisa e desenvolvimento, além das taxas da ANEEL, o seu resultado em 2022 variou -2,46%;
- Após as deduções sobre a receita bruta, o resultado final da receita líquida foi reduzido em -8,24% e R\$19.864 mil.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Custo com Produção de Energia	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R\$)	Δ 2022/2021 (%)
Energia Comprada	(9.349)	(70.633)	61.284	-86,76%
Custo de Transmissão	(16.034)	(14.215)	(1.819)	12,80%
Encargos com Energia	(1.387)	(1.383)	(4)	0,29%
Repactuação do Risco Hidrológico *	51.628	-	51.628	100,00%
Arrendamento	(42.086)	(23.608)	(18.478)	78,27%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.260)	(5.749)	(511)	8,89%
Amortização Ágio e GSF	(8.516)	(5.887)	(2.629)	44,66%
Equivalência Patrimonial	22.071	5.515	16.556	300,20%
Total	(9.933)	(115.960)	106.027	-91,43%

- d) Ao verificarmos a energia comprada, analisamos, conjuntamente com a energia vendida, que a variação em -86,76% e R\$61.284 mil se dá pelos mesmos motivos apresentados no item “a”;
- e) Quanto ao Custo do Uso de transmissão, ocorreu uma elevação em 12,80%, impactadas pelo índice de reajuste previsto nos contratos de concessão e a expansão do sistema de transmissão com a entrada de novos contratos e os efeitos financeiros associados;
- f) Os encargos de energia são custos que a Companhia não possui qualquer gestão, são administrados pela própria CCEE, e são compostos por ajustes, liminares, recontabilizações e juros, praticamente não ocorrendo variação entre 2022 e 2021;
- g) Como aprovado e mencionado na mensagem da Administração (sumário nº 2), a Companhia registrou em junho de 2022, obedecendo a todos os órgãos de governança, além dos trâmites previstos na Lei nº 14.052/2020, o montante de R\$ 51.628 mil, tratado como um evento não recorrente. Vale destacar que o valor em questão foi o calculado pela CCEE para indenizar a CEB Lajeado, como participante do Mercado de Energia, o qual refletiu na citada extensão de outorga de 980 dias.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 14.052/2020	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R\$)	Δ 2022/2021 (%)
Repactuação do Risco Hidrológico	51.628	-	51.628	100,00%
Total	51.628	-	51.628	100,00%

Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ativo referente ao ganho estimado que irá auferir neste período adicional.

O ativo intangível foi reconhecido após a aprovação pela Administração da nova política contábil em 2022, bem como da apuração dos ganhos estimados que a Companhia irá auferir no período adicional de concessão, considerando premissas utilizadas pela CCEE para reembolso aos agentes de mercado dos gastos adicionais pagos no passado, sendo que a CCEE se baseou em projeções de receitas, custos e despesas para o período de **15 de janeiro de 2033 a 22 de setembro de 2035**, bem como a taxa de desconto destes fluxos futuros para determinação do valor justo deste ativo para a presente data.

Sendo assim, a Companhia reconheceu no **1º semestre de 2022** um ativo intangível que equivale a extensão de 02 anos e 08 meses em seu prazo de concessão, no valor de **R\$ 51.628 mil**, posicionados em 01 de janeiro de 2022, em contrapartida uma redução do custo operacional. Este ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final do prazo de concessão. Destacamos que o advento da contabilização do ganho foi meramente econômico, não havendo entrada de recursos financeiros para a Companhia.

- h) Quanto ao custo de Arrendamento:

Como foi tratado os ativos de geração da UHE Lajeado são de propriedade da Investco, que por sua vez é uma investida da CEB Lajeado. Assim, esta investida tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que todos os valores utilizados no cálculo são projetados.

Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustada a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, ajustada a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte;

O quadro a seguir apresenta o valor anual do arrendamento nos últimos dois anos e para o ano de 2022:

Arrendamento	2020	2021	2022
Valor anual do Arrendamento	152.373	130.070	231.881
CEB Lajeado (cota)	30.475	26.014	46.376

Apesar da inflação do ano de 2022 (data-base do reajuste) ter sido de somente 7,16%, o arrendamento em 2022, quando comparado ao de 2021, foi reajustado em aproximadamente 78%, equivalente a um montante de R\$101.811 mil.

Este impacto se deu pelos seguintes motivos:

- Na apuração do arrendamento de 2021, foi considerada uma projeção de inflação de 3,01% para o período de Out/20 a Set/21, todavia, a inflação real foi 10,24%, sendo que a diferença não considerada na estimativa foi ajustada em 2022, gerando um impacto de R\$59 milhões;
- Por outro lado, o arrendamento de 2021 foi reduzido por ajuste negativo de R\$31 milhões, também por variações entre inflação estimada considerada no cálculo do período anterior com a inflação efetiva, apurada posteriormente, neste caso tendo sido a inflação projetada maior que a inflação registrada.

Este aumento no arrendamento ocasionou um aumento dos custos operacionais da Companhia em 2022, que é compensado, em parte, por um maior resultado de equivalência patrimonial, em função do resultado maior da Investco em 2022, decorrente da elevação das suas receitas.

- Quanto aos custos administrativos, referentes aos gastos com pessoal, serviços de terceiros, aluguéis, materiais e prestadores de serviços, a variação de 8,89% foi em virtude do reajuste salarial previstos no acordo coletivo, além de gastos com despesas médicas e hospitalares;
- A amortização refere-se ao intangível do ganho com as ações preferenciais da Eletrobras, evento ocorrido no ano de 2005 e que será amortizado até setembro de 2035; além deste evento, a CEB Lajeado contabilizou no mês de junho de 2022, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, a repactuação do risco hidrológico, que será amortizado até o final da concessão em setembro de 2035, conforme relatado no item “g”;
- O ganho com equivalência patrimonial, calculado sobre 20% do seu resultado econômico-financeiro, foi positivo em 300,20%, sendo R\$22.071 mil em 2022 e R\$5.515 mil em 2021; e ocorreu devido ao reajuste do arrendamento pago mensalmente à Coligada Investco (o mesmo é detalhado no item “h”);
- O resultado financeiro em 2022 mostrou-se bastante favorável, corroborado pelo excedente de caixa da Companhia e favorecido pela alta da Taxa Selic, que esteve durante todo o ano superior a 12%. Cabe ressaltar que todas as aplicações financeiras da CEB Lajeado são remuneradas pela Selic;

Resultado Financeiro	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R\$)	Δ 2022/2021 (%)
Receitas Financeiras	18.534	4.752	13.782	290,03%
Despesas Financeiras	(1.338)	(664)	(674)	101,51%
Total	17.196	4.088	13.108	320,65%

- O lucro antes dos tributos (IRPJ e CSLL) aumentou consideravelmente, na ordem de R\$99.271 mil, reflexo do bom desempenho das operações da Companhia e redução com custo de energia, conforme mencionando nos itens anteriores. Os tributos correntes relativos ao lucro (IRPJ/CSLL) apresentaram um aumento na ordem de 29,23%;

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Com relação à despesa com impostos, o imposto corrente registrou R\$51.885 mil e foi pago no primeiro trimestre de 2023, quanto ao imposto diferido que foi reflexo da repactuação do risco hidrológico, acrescido do mercado de energia, no montante de R\$16.209 mil. Este está sendo diferido e será pago durante toda a realização do lucro.

Tributos sobre o Lucro	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R\$)	Δ 2022/2021 (%)
Lucro antes dos tributos	228.324	129.053	99.271	76,92%
IRPJ e CSLL Correntes	(51.885)	(40.148)	(11.737)	29,23%
IRPJ e CSLL Diferidos	(16.209)	(305)	(15.904)	5214,43%
Total	(68.094)	(40.453)	(27.641)	68,33%

- n) O grande destaque do ano de 2022, sem dúvidas, é o lucro auferido em suas operações. A Companhia obteve o maior e mais relevante resultado financeiro de sua história, ao longo de 22 anos de atividade. Os números finais do fechamento apontam que o lucro alcançado foi de 80,85% maior do que o registrado anteriormente, totalizando R\$160.230 mil no ano, frente aos lucros de 2021 que fecharam em R\$88.600 mil;

Independentemente das questões mercadológicas apresentadas com a repactuação do risco não hidrológico, que é tratado pela CEB Lajeado como um evento não recorrente, o lucro registrado foi o maior, quando comparado com exercícios anteriores, com efeito líquido da repactuação em R\$28.423 mil, o lucro este ano já teria registrado patamares superiores a R\$131.000 mil.

Lucro antes das Participações	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R\$)	Δ 2022/2021 (%)
Lucro depois dos Tributos	160.230	88.600	71.630	80,85%
Partes Beneficiárias	(16.023)	(8.860)	(7.163)	80,85%
Lucro Líquido após as Partes Beneficiárias	144.207	79.740	64.467	80,85%

5. Efeitos econômicos da Repactuação do Risco Não Hidrológico - Lei nº 14.052/2020

O quadro a seguir apresenta o “Impacto líquido do evento não recorrente em 2022”, repactuação do risco não hidrológico, sobre o lucro do exercício.

Repactuação do Risco Hidrológico	Exercício - 2022	Exercício - 2021
Ativo Intangível – GSF	51.628	-
Amortização	(3.778)	-
Valor líquido	47.850	-
IR e CS Diferidos	(16.269)	-
Subtotal 1	31.581	-
Partes Beneficiárias	(3.158)	-
Impacto líquido do evento não recorrente em 2022	28.423	-
Lucro do Exercício em 2022 e 2021	160.230	88.600
Lucro efetivamente realizado em 2022 e 2021	131.807	88.600

Portanto, poderíamos apresentar o lucro, já considerado o efeito líquido do evento não recorrente, da seguinte forma: **R\$131.807 mil**, registrando um Ebitda ajustado com variação positiva entre os períodos 2022/2021 de **48,77%**.

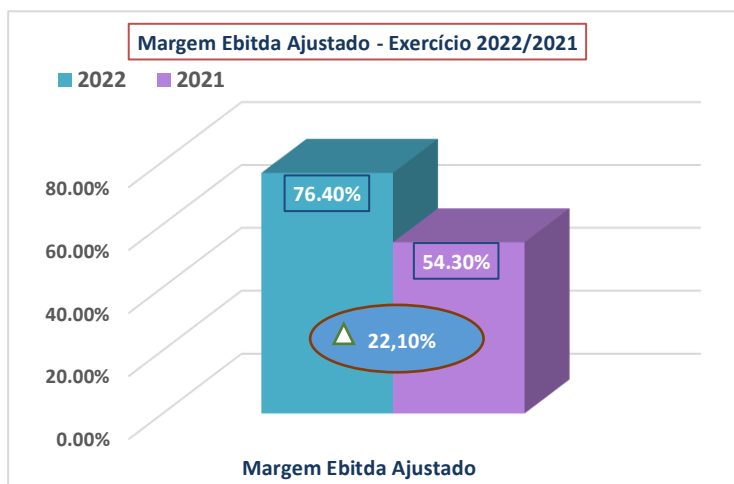
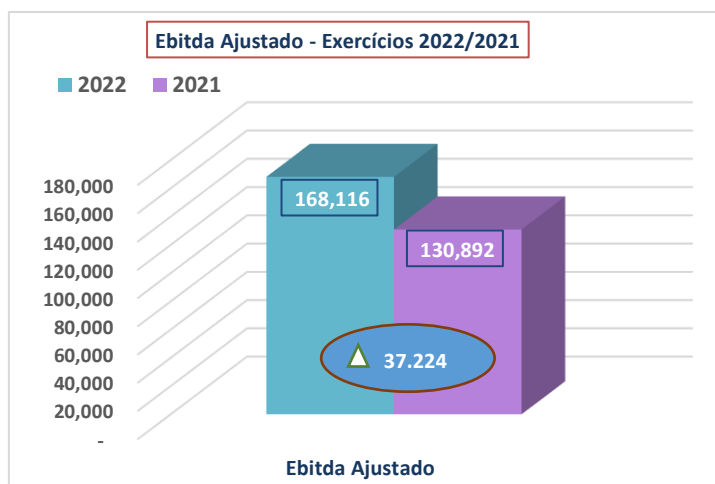
Informações relativas ao Lucro do Exercício 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (%)
Lucro do Exercício de 2022	160.230	88.600	80,85%
Impacto líquido do evento não recorrente	(28.423)	-	100,00%
Lucro efetivamente realizado	131.807	88.600	48,77%

6. Outros dados econômicos relevantes

O quadro abaixo apresenta uma série de dados significativos, nos quais podemos contemplar a evolução da CEB Lajeado em 2022. Chamamos a atenção para a evolução patrimonial da CEB Lajeado (R\$509.368 mil em 2022 e R\$406.599 mil em 2021), impactada pelo aumento do ativo intangível, reflexo do registro da repactuação do risco não hidrológico.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Dados Econômico-Financeiros	2.022	2.021	Δ 2022/2021 - R\$
Ebitda	219.744	130.892	88.852
Margem Ebitda	99,40%	54,30%	45,10%
Ebitda ajustado líquido do evento não recorrente	168.116	130.892	37.224
Margem Ebitda ajustado líquido do evento não recorrente	76,40%	54,30%	22,10%
Ativo Total/Passivo + Patrimônio Líquido	509.368	406.599	102.769
Ganhos em Participações societárias	22.071	5.515	16.556
Receita Bruta Total	252.857	273.653	(20.796)



A variação do Ebitda ajustado mostrou-se positiva em relação aos anos de 2022/2021 (lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das participações, depreciações e amortizações). Em 2022 foi de R\$168.116 mil, já desconsiderando a repactuação do risco hidrológico, em 2021 de R\$130.892 mil, com variação de R\$37.224 mil.

Por fim, em relação a margem Ebitda, houve um aumento significativo de desempenho em suas operações, sendo registrado 76,40% em 2022 e 54,30% em 2021, variação de 22,10% contribuída pela redução de custos operacionais, ganhos com equivalência patrimonial e o bom resultado financeiro.

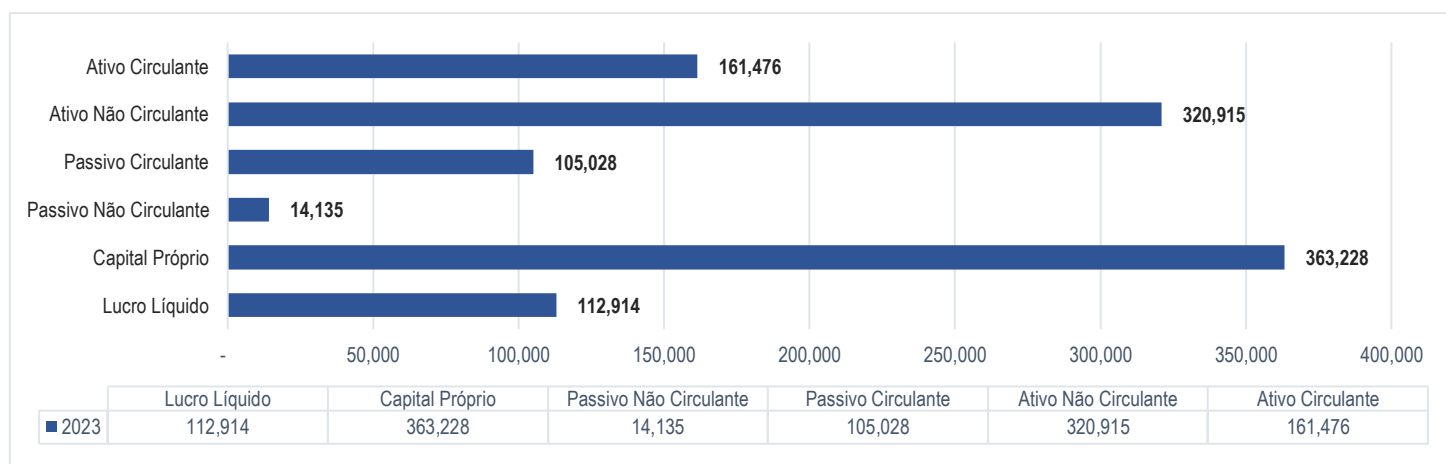
- ❖ O quadro a seguir demonstra os principais números que tangem a estrutura da Companhia para os próximos anos, conforme plano de negócios:

CEB Lajeado - R\$ mil					
	2023	2024	2025	2026	2027
Caixa e Equivalentes de Caixa	124.321	131.055	139.137	148.949	155.809
Ativo Circulante	161.476	168.728	176.243	186.094	194.234
Ativo não Circulante	320.915	326.082	326.154	325.291	325.281
Passivo Circulante	105.028	113.049	118.380	124.325	129.185
Passivo não Circulante	14.135	14.908	13.681	12.436	11.187
Capital de terceiros	119.163	127.957	132.061	136.761	140.372
Capital Próprio	363.228	366.854	370.337	374.624	379.143
Lucro Líquido	112.914	118.259	123.431	129.750	136.422
Ebitda	179.133	187.558	193.698	202.056	210.823
Margem Ebitda	77,0%	77,3%	76,8%	77,2%	77,6%

Fonte: Plano de Negócios da CEB Lajeado Ref. 2023-2027, aprovado em 22/12/2022.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

O gráfico abaixo detalha a situação patrimonial em 2023:



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Contabilidade da CEB Lajeado em 05/12/2022.

O gráfico acima apresenta o desempenho econômico da CEB Lajeado, conforme projeções para o próximo ano (2023), nos quais são inseridos dados patrimoniais, com destaque para o ativo não circulante, no qual se encontram o investimento e o intangível, o ativo circulante que é composto por caixa, clientes e participações a receber, capital de terceiros que se destacam os fornecedores, obrigações tributárias e obrigações com acionistas, além do lucro líquido.

Quanto ao balanço, os dados relativos à estrutura societária demonstram que a Companhia apresenta equilíbrio econômico-financeiro com capacidade de pagamento, tendo contrato com seu principal cliente (Neoenergia S/A.), ficando condicionado o recebimento em um giro de 30 dias por parte deste cliente. Por outro lado, a Companhia apresenta condições necessárias de quitação das dívidas de curto prazo.

7. Relacionamento Institucional

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Ministério de Minas e Energia – MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, atuando em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro, e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Companhia.

8. Força de Trabalho

A CEB Lajeado S.A., atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado valorizar a sua força de trabalho, capacitando e qualificando o seu quadro de pessoal; para isso, contou com uma força de trabalho composta por 15 profissionais no exercício de 2022, como detalhado no quadro a seguir.

Quadro Funcional – (Colaboradores)	Ocupados	Total
Quadro próprio	-	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	8	10
Diretoria Estatutária, sem vínculo efetivo	3	3
Contratados terceirizados	-	-
Requisitados da CEB IPES S.A.	2	2
Estagiários	2	2
Total geral (Força de trabalho)	15	17*

Referência: RH CEB Lajeado (janeiro-dezembro/2022).

Observação: * O quadro funcional da Companhia, não teve a ocupação completa no exercício de 2022.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

9. Identificação Geral

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30.06.2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da CEB Lajeado S/A., relativa ao exercício social de 2022.

Informações Cadastrais da CEB Lajeado S/A.		
Endereço: SGAN Quadra 601, Conjunto H - 2º Andar, Cep: 70.830-010 - Asa Norte - Brasília/DF		
Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista		
CNPJ: 03.677.638/0001-50		
Código Nire na Junta Comercial do DF: 533.000.613-0		
Acionista controlador: Companhia Energética de Brasília - CEB		
Acionista não controlador: Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras		
Outras participações societárias: Investco S/A		
Tipo societário: Sociedade Anônima		
Tipo de capital: Fechado		
Abrangência de atuação: Local e Nacional		
Setor de atuação: Geração de Energia Elétrica		
Diretor Administrativo-Financeiro: Jairo Fernando Mecabô, telefone (61) 3774.1100 - ramal 1151; e-mail: jairo.mecabo@ceb.com.br		
Contador: Cleber Alves Pereira – CRC/DF 021056 , telefone (61) 3774.1100 - ramal 1153; e-mail: cleberpereira@ceb.com.br		
Auditores Independentes: Teixeira e Associados Auditores Independentes (Néxia International)		
Responsável Técnico: Domingos Xavier Teixeira; Fone (31) 3382.9939		
e-mail: domingos.teixeira@nexia-teixeira-auditores.com.br		
Conselheiros de Fiscais e de Administração Subscritores:		
Nome dos Conselheiros	Número do Cadastro da Pessoa Física	Cargo / Ocupação
Reginaldo Ferreira Alexandre	CPF: ***.662.408-**	Conselheiro Fiscal - Presidente
Ana Paula Soares Marra	CPF: ***.951.156-**	Conselheiro Fiscal
Francisco de Assis Duarte de Lima	CPF: ***.318.997-**	Conselheiro Fiscal
Marcello Joaquim Pacheco	CPF: ***.459.108-**	Conselheiro de Administração - Presidente
Patricia de Carvalho Moreira	CPF: ***.881.307-**	Conselheiro de Administração
João Wellisch	CPF: ***.109.791-**	Conselheiro de Administração
Tiago Modesto Costa	CPF: ***.966.331-**	Conselheiro de Administração
Edison Antônio Costa Britto Garcia	CPF: ***.897.191-**	Conselheiro de Administração
Handerson Cabral Ribeiro	CPF: ***.771.341-**	Conselheiro de Administração
Ivan Marques de Toledo Camargo	CPF: ***.411.481-**	Conselheiro de Administração
Administradores Subscritores		
Nome dos Representantes da Empresa	Número do Cadastro da Pessoa Física	Cargo / Ocupação
João Wellisch	CPF: ***.109.791-**	Diretor-Geral
Jairo Fernando Mecabô	CPF: ***.491.339-**	Diretor Administrativo e Financeiro
João Marcos Assis da Silva	CPF: ***.771.971-**	Diretor-Técnico

Referência: 22ª Assembleia Geral CEB Lajeado.

Todos os Conselheiros Fiscais e de Administração, assim como os Administradores, foram aprovados na 22ª Assembleia Geral da CEB Lajeado, ocorrida em 23/04/2022.

9.1. Recursos Financeiros

A CEB Lajeado conta com recursos financeiros decorrentes de:

- Venda de energia elétrica para a Neenergia Distribuição S/A.
- Venda de Energia no Ambiente de Comercialização Regulado - MCP.
- Venda de energia no Ambiente de Comercialização Livre - ACL;
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos por sua Coligada Investco;
- Rendimentos de Aplicações Financeiras.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

9.2. Nosso Compromisso Público

A CEB Lajeado tem como objetivos:

I - garantir o suprimento estratégico de energia ao mercado consumidor, contribuindo para a promoção e o incentivo do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e consequentemente do Brasil;

II - apoiar e incentivar projetos, estudos e pesquisas de desenvolvimento conforme diretrizes da ANEEL;

III - participar de empresas ligadas à pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, tendo por objeto a exploração energética, bem como de outras empresas ou empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada ao objeto social da Companhia;

IV – contribuir para modernização e manutenção das atividades da área de meio ambiente e sustentabilidade correlacionado às políticas socioambientais na UHE Luís Eduardo Magalhães;

V – participar e coordenar o gerenciamento da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, custos e serviços, política tarifária e estudos de mercado.

9.3. Índices Financeiros

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, dispõe no seu Art. 8º, inciso I:

Art. 8º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

*I - elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, **bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos**, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;*

À vista disso, com o intuito de mensurar os impactos econômico-financeiros relativos à consecução dos compromissos públicos na Carta Anual de Políticas Públicas Governança Corporativa da CEB Lajeado, optou-se pela inserção neste relatório dos indicadores financeiros estratégicos **ROE, ROIC e EVA**.

Ademais, tais indicadores estratégicos têm o papel de municiar o processo decisório da Companhia, auxiliando na avaliação dos impactos das estratégias nos resultados da organização.

9.3.1. ROE

O Retorno sobre Capital Próprio (**ROE**, do inglês return on equity) expressa o retorno sobre o patrimônio líquido e é utilizado para medir o desempenho econômico da organização para seus acionistas. Para o ano de 2022², o **ROE** calculado é apresentado abaixo, conjuntamente com os valores desse indicador nos anos anteriores da atual gestão da Companhia, a título de referência:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Ano	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	ROE %	Δ ano anterior (%)
2020	60.005	320.816	18,70%	0,00%
2021	79.740	336.300	23,71%	26,77%
2022	144.207	387.908	37,18%	56,79%
2022 *	115.785	359.485	32,21%	-13,36%

* Lucro Líquido sem o efeito da Repactuação R. Hidrológico

² Dados obtidos nas Demonstrações Financeiras da CEB Lajeado publicadas.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

9.3.2. ROIC / NOPAT

A Rentabilidade sobre o Capital Investido (**ROIC**, do inglês return on invested capital) é calculada com base na relação entre o resultado gerado pelo ativo operacional (**NOPAT**, do inglês Net operating profit after tax) e o capital investido – soma do capital próprio e do capital de terceiros (empréstimos, financiamentos e debêntures).

Por considerar também o capital de terceiros, esse indicador provê uma análise mais completa do capital investido se comparado ao indicador **ROE**, o qual só considera o capital próprio.

Para o cálculo do **NOPAT** (Lucro Operacional antes dos Tributos), utilizou-se o lucro líquido auferido no ano³, retirando o efeito das receitas e despesas financeiras, conforme tabela abaixo. NOPAT – Net Operating profit after tax.

Ano	Lucro Líquido	(+) Despesas Financeiras	(-) Receitas Financeiras	(=) NOPAT
2020	60.005	448	2.946	62.503
2021	79.740	664	4.752	83.828
2022	144.207	1.338	18.534	161.403
2022 *	115.785	1.338	18.534	132.981

* Lucro Líquido sem o efeito da Repactuação R. Hidrológico.

Para fins de cálculo, no Ebitda (lucro depois dos tributos), considera-se a soma dos tributos sobre o lucro, menos o resultado financeiro, e a somatória da depreciação e amortização e partes beneficiárias.

Ano	Lucro Líquido	(+) Receitas Financeiras	(-) Despesas Financeiras	(+) Depreciações /amortizações	Partes Beneficiárias	(=) IRPJ/CSLL	(=) EBITDA
2020	60.005	2.946	448	5.927	6.667	28.873	98.974
2021	79.740	4.752	664	5.927	8.860	40.453	130.892
2022	144.207	18.534	1.338	8.516	16.023	68.094	219.644
2022 *	115.785	18.534	1.338	4.738	18.865	51.824	174.016

* Lucro Líquido sem o efeito da Repactuação R. Hidrológico.

O Capital Investido é dado pela soma do capital próprio, o qual é medido pelo patrimônio líquido, e do capital de terceiros, o qual é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures que a organização possui, subtraído do caixa e disponibilidades de caixa.

Capital Próprio	2020	2021	2022
Patrimônio Líquido	320.816	336.300	387.908
Capital de Terceiros			
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	-	-	-
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	-	-	-
(+) Debêntures (Passivo Circulante)	-	-	-
(+) Debêntures (Passivo Não Circulante)	-	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	88.503	121.217	162.733
(=) Dívida Líquida	(55.683)	(70.299)	(121.460)
Capital Investido			
(+) Capital Próprio	320.816	336.300	387.908
(+) Capital de Terceiros	(55.683)	(70.299)	(121.460)
(=) Capital Investido	265.133	266.001	266.448

³ Dados obtidos nas Demonstrações Financeiras da CEB Lajeado publicadas.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Desse modo, para o ano de 2022 o ROIC calculado é demonstrado abaixo, conjuntamente com os valores desse indicador nos anos anteriores da atual gestão da companhia, a título de referência:

$$\text{ROIC} = \frac{\text{NOPAT}}{\text{Capital Investido}}$$

Ano	NOPAT	Capital Investido	ROIC (%)	Δ ano anterior (%)
2020	62.503	320.816	19,48	0,00%
2021	83.828	336.300	24,93	27,94%
2022	161.403	387.908	41,61	66,92%
2022 *	132.981	359.485	36,99	-11,10%

* Lucro Líquido sem o efeito da Repactuação R. Hidrológico.

Após o resultado do cálculo do **ROIC**, é possível inferir que, com relação ao exercício financeiro de 2022, para cada R\$ 1,00 investido retornou-se aproximadamente R\$ 0,41. Já em relação à 2021 esta proporção de retorno ficou em aproximadamente R\$ 0,24.

9.3.3. EVA

O indicador Valor Econômico Adicionado (**EVA**, do inglês Economic Value Added) é utilizado para avaliar se a organização está tendo êxito em criar valor para os seus acionistas. O EVA demonstra que o ativo operacional da empresa gerou um resultado superior ao custo de capital investido e é dado pela seguinte fórmula:

$$\text{EVA} = \text{NOPAT} - (\text{WACC} * \text{CAPITAL INVESTIDO})$$

Os indicadores **NOPAT** e Capital Investido já foram mencionados. O custo médio ponderado de capital (**WACC**, do inglês Weighted Average Cost of Capital), que consiste na média ponderada entre o custo da dívida – c.c.t. e o custo do capital próprio – c.c.p., é dado conforme equação a seguir:

$$\text{WACC} = \left[\frac{E}{D+E} * cct \right] + \left[\frac{E}{D+E} * cct * (1-t) \right]$$

Na qual o capital próprio é dado por **E** (do inglês, *Equity*) e o capital de terceiros é dado por **D** (do inglês, *Debt*). Já o Custo de Capital de Terceiros - c.c.t. é determinado pela razão entre as despesas financeiras e a dívida financeira. O item **t** representa a alíquota de imposto de renda e contribuição social para empresas tributadas pelo regime de lucro real. Para determinar o custo de capital próprio - c.c.p., utiliza-se um modelo que considera a taxa livre de risco (rentabilidade de um título do governo, por exemplo) somado a um prêmio do risco (compara-se ao risco de mercado, por exemplo). O modelo mais conhecido para construir o c.c.p. é o modelo **CAPM** (do inglês, *Capital Asset Pricing Model*), conforme fórmula abaixo:

$$\text{C.C.P.} = R_f + (R_m - R_f) * \beta + R_p$$

Na qual **R_f** é a taxa livre de risco, (**R_m – R_f**) é o prêmio de mercado, **R_p** é o risco país e **β** é a medida de risco que indica a sensibilidade da ação da companhia em relação ao índice de mercado. O Custo do Capital Regulatório (**WACC** regulatório) é determinado pela ANEEL e leva em consideração os fatores mencionados, utilizando uma série de metodologias e parâmetros para essa estimativa.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

⁴Dados obtidos nas Demonstrações Financeiras da CEB Lajeado publicadas.

Segundo os critérios da ANEEL, a empresa é incluída num determinado segmento a depender das suas fontes de receita. No caso da CEB Lajeado, que possui atividades de geração de energia, mais de 90% de suas receitas são oriundas do segmento de geração. Desta forma, o **WACC** regulatório utilizado será relativo à área de geração. Esse indicador dependerá do segmento em que a empresa atua – geração, transmissão ou distribuição.

A partir de consulta ao último PRORET⁴, para 2022, 2021 e 2020, o Custo de Capital Regulatório (**WACC** regulatório) relativo ao segmento de geração é de 6,93% e 7,32%, respectivamente.

A partir dos dados calculados (**NOPAT** e Capital Investido) e do **WACC** regulatório, tem-se o seguinte resultado:

Ano	ROIC - %	WACC - %	NOPAT	Capital Investido	EVA	Δ ano anterior (%)
2020	18,59	7,32	62.503	336.300	37.886	-
2021	24,93	6,98	83.828	336.300	60.354	-82,05%
2022	41,61	6,93	161.403	387.908	134.521	-65,32%
2022 *	36,99	6,93	132.981	359.485	108.069	-69,94%

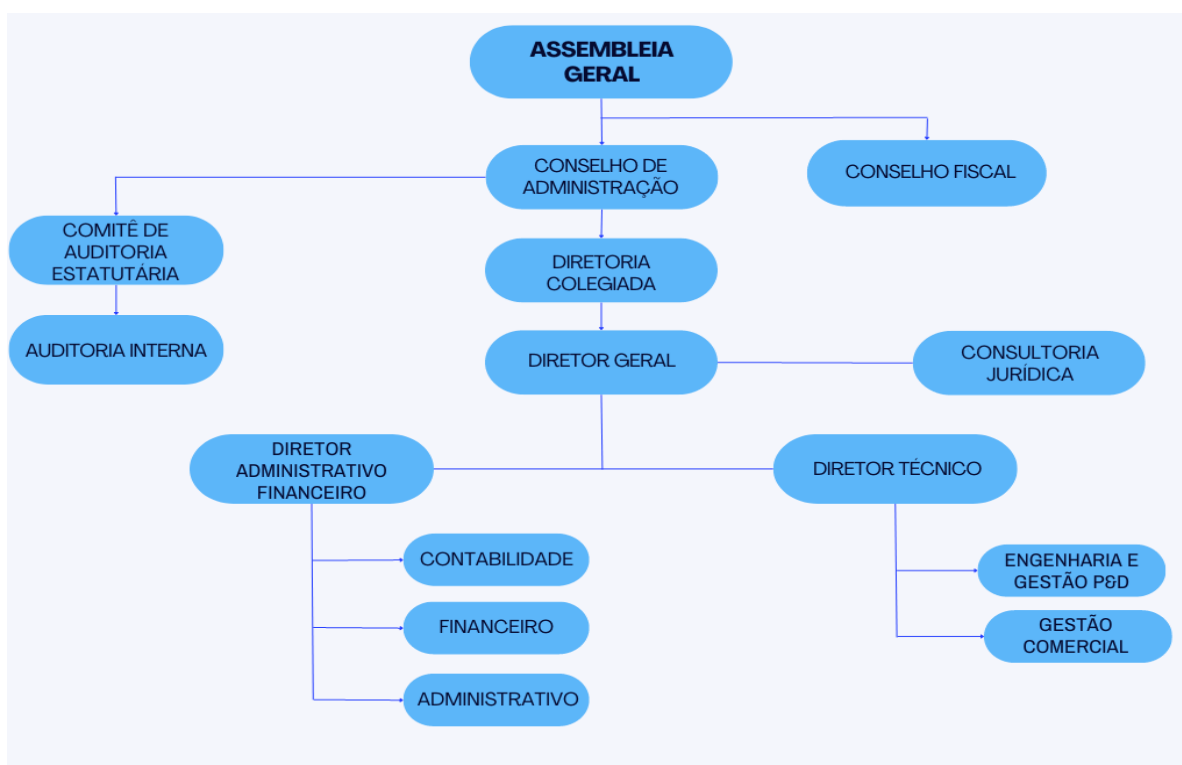
* Lucro Líquido sem o efeito da Repactuação R. Hidrológico.

É possível entender o Custo de Capital Empregado ($WACC * Capital Investido$) como um aluguel teórico do capital investido a uma taxa determinada pelo órgão regulador. Assim, para a empresa gerar valor econômico, o lucro operacional da atividade, após os impostos (NOPAT), deve cobrir o valor desse aluguel. Observa-se, de outra maneira, que sempre que a Rentabilidade sobre o Capital Investido – ROIC for maior que o Custo Médio Ponderado de Capital – WACC, tem-se um EVA positivo.

10. Governança Corporativa

O modelo de governança da CEB Lajeado S/A. foi concebido com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao Plano de Negócios, e em conformidade com as exigências da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto Distrital nº 37.967/2017.

CEB LAJEADO S/A. - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA / ORGANOGRAMA



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

- **Assembleia Geral de Acionistas:** órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos a seu objeto social, regendo-se pela legislação vigente.
- **Conselho de Administração:** órgão deliberativo responsável por definir a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da CEB e em Regimento Interno. É composto por sete membros indicados e eleitos de acordo com as regras previstas na legislação vigente.
- **Comitê de Auditoria Estatutário:** O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão independente, de caráter consultivo e permanente, atualmente composto por três membros nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração. Foi criado em observância à Lei nº 13.303/2016 e tem como atribuições principais a fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, a apresentação de recomendações sobre as atividades da Companhia. (Estrutura compartilhada com a CEB Holding).
- **Conselho Fiscal:** órgão permanente que analisa e emite parecer sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores quanto a seus deveres legais e estatutários. É formado por três membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para mandato unificado de 01 (um) ano, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.
- **Diretoria Geral:** exerce as responsabilidades vinculadas à gestão institucional e estratégica da empresa por meio da coordenação, controle e orientação de todo o Sistema Empresarial.
- **Diretoria Administrativo-Financeiro:** promove as políticas e diretrizes alusivas à administração geral, gestão de pessoas, logísticas, suprimentos, tecnologia da informação, segurança empresarial, desenvolvimento organizacional, bem aos aspectos econômicos, financeiros, contábeis e orçamentários no âmbito da CEB Lajeado.
- **Diretoria Técnica:** promove as políticas e diretrizes alusivas à geração e comercialização de energia elétrica, também aos novos empreendimentos dentro de sua área de atuação, tais como: venda e compra de energia, regulação, prestação de contas ao órgão regulador, pesquisa e desenvolvimento do setor e aos serviços extras de concessão e de geração de energia.
- **Administrativo:** promove a gestão de pessoal, gestão das aquisições e serviços; atua, quando necessário, como gestor e ou fiscal de contratos; gestão dos arquivos, documentos e correspondência; elabora memorandos, atas, minutas e ofícios, relacionados às atribuições e responsabilidades do setor, enfim, concede suporte operacional a toda a Companhia.
- **Jurídico:** responsável pela emissão de pareceres jurídicos, relatórios administrativos, auxílio jurídico aos Diretores da Companhia, atuação em processos judiciais em trâmite e novos processos iniciais, acompanhamento e assessoramento nas demandas relacionadas a licitações, pregões, dispensas, pequenas compras, regulatório, comercialização e outros. Atuação na condução da elaboração e celebração de contratos, na gestão do grupo de trabalho, formalização de parcerias e equipes frente aos órgãos ambientais, regulatórios, acadêmicos, auxiliando e acompanhando diretamente as Diretorias da Companhia. Instrução e assessoramento jurídico nas reuniões do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutária, bem como na elaboração e no acompanhamento das Políticas de Governança em cumprimento à Lei 13.303/2016.
- **Financeiro:** responsável por planejar e controlar o uso dos recursos da organização, tais como contas a pagar e a receber, auxiliando a contabilidade e consequentemente gerando uma série de relatórios, como controles financeiros, fluxo de caixa e orçamento, influenciando diretamente todos os setores da Companhia.
- **Contabilidade:** fornece informações aos administradores, conselheiros fiscais e de administração, aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e a aos seus controladores, por meio de uma série de registros financeiros que compõe a operação da Companhia, dados essenciais aos acionistas, credores e outros agentes situados fora da organização, elaborando uma série de dados econômicos, que visam buscar uma melhor análise e performance para a tomada de decisão.

11. Nossos Controles Internos e Gestão de Riscos

A CEB Lajeado, por meio de seus atos normativos e de gestão de seus negócios, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle colaborativo e construtivo, aos padrões de riscos e às recomendações da Administração.

Na CEB Lajeado, as atribuições de gerenciamento de riscos nos órgãos de governança são as seguintes:

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

- **A Diretoria da CEB Lajeado:** responsável por identificar e avaliar os riscos, realizar ações de prevenção e mitigação de riscos, bem como implementar procedimentos internos para assegurar que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.
- **O Conselho Fiscal:** colegiado não integrante dos Órgãos da Administração, tem como finalidade representar os acionistas na sua função fiscalizadora, acompanhando a ação dos administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários e defendendo os interesses da Companhia e dos acionistas.

Portanto, cabe ao Conselho Fiscal fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial. É composto por três membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo dois membros indicados pelo Controlador, devendo um ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública, e cabendo a representação de um membro ao acionista minoritário.

- **O Conselho de Administração:** órgão superior da administração da CEB Lajeado, sendo composto por 7 (sete) membros, sendo dois eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Sociedade, entre eles o Diretor-Geral da CEB Lajeado, um membro eleito pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Sociedade e quatro membros integrantes do Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília – CEB, indicados dentre seus pares. Tem por finalidade estabelecer as diretrizes gerais da política da Companhia, sem prejuízo do exercício de atribuições de natureza executiva, desempenhadas nos termos do Estatuto e do presente Regimento Interno. Ao Conselho de Administração cabe determinar as diretrizes que deverão ser seguidas pela Diretoria da empresa na execução de seu plano de negócios, sempre sob a fiscalização do Conselho Fiscal.
- **O Comitê de Auditoria Estatutário:** órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo a maioria de membros independentes, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, não coincidente para cada membro, cabendo 3 (três) reconduções. Suas atribuições principais são opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente; supervisionar as atividades dos auditores independentes e as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das demonstrações financeiras; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa; avaliar e monitorar as exposições de riscos da CEB e a adequação das transações com partes relacionadas, bem como elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário. (Estrutura compartilhada com a CEB Holding).
- **A Auditoria Interna:** estrutura compartilhada da CEB Holding, suas atividades se iniciaram em 2019, em atenção aos padrões de governança, risco e *compliance* estabelecidos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Trata-se de órgão de caráter permanente, vinculado ao Conselho de Administração da CEB por meio do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, com a finalidade de adicionar valor e aprimorar as operações da Companhia, contribuindo para a realização dos seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada no intuito de avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Nesse contexto, o presente Plano foi elaborado em observância ao Decreto (DF) nº 32.840, de 06 de abril de 2011, com o objetivo de definir os trabalhos prioritários a serem realizados durante o ano de 2022.
- **A Auditoria Externa:** a CEB Lajeado possui contrato com a empresa Teixeira & Associados Auditores Independentes (Néxia Internacional) que realiza auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, procedimentos e instruções emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, Comissão de Valores Mobiliários-CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em atenção ao art. 177 da Lei 6.404/76 e Instrução Normativa CVM nº 247/96, art. 35.

11.1. Nossos Fatores de Riscos

Na tabela abaixo, são descritos e relatados os fatores de risco da CEB Lajeado para o período de 2022/2026, e que foram aprovados em reunião pelo Conselho de Administração:

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

Risco	Efeito/Consequências	Ações
1. Arquivos Físico e Gestão do Documentador – SEI (sistema eletrônico de informações)	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de ocorrer atrasos no atendimento das demandas recebidas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Falta de providências ou perdas de prazos. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento por meio das notificações recebidas nos e-mails institucionais. Educação continuada concedida a servidores com o objetivo de atualizar as inovações da plataforma.
2. Elaboração e acompanhamento do orçamento	<ul style="list-style-type: none"> Não cumprimento do orçamento projetado e seus possíveis impactos. Possibilidade entre o projetado e o executado. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento periódico e revisão constante para verificar com os resultados reais estão em comparação ao projetado, visando superar os riscos intrínsecos ao processo de estimativas, no momento da elaboração do orçamento.
3. Participação Societária em Coligada (Investco)	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de ocorrer equívocos na elaboração do cálculo da equivalência patrimonial. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizações de conciliações pela área de contabilidade, análise do resultado da avaliação efetuadas pelos auditores independentes na CEB Lajeado, como na Investco.
4. Administração de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de não realização de investimentos obrigatórios em P&D. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de Consultorias especializadas em Gestão de P&D; Observação fiel as orientações previstas no Manual de P&D da ANEEL. Chamamento Público de projeto de P&D com aplicação de recursos financeiros compulsórios.
5. Redução da Receita Projetada	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do custo de energia com impacto negativo no fluxo de caixa e no resultado da Companhia. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de energia via leilão; Ajuste da sazonalização da garantia física; Mudança sobre repactuação do risco hidrológico.
6. Inadimplência de créditos de venda de energia	<ul style="list-style-type: none"> Contrato único de compra e venda de Energia com a Neoenergia S/A. Vulnerabilidade do Caixa. 	<ul style="list-style-type: none"> Adoção das medidas legais previstas no contrato bilateral de compra e venda de energia em caso de inadimplência, bem como de transações com partes relacionadas.
7. Volatilidade do valor anual do arrendamento da Usina	<ul style="list-style-type: none"> Impacto negativo no fluxo de caixa e no resultado da Companhia. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos para avaliar a possibilidade e conveniência de constituição de reserva de contingência visando mitigar eventuais variações no custo de arrendamento da usina.
8. Segurança e Geração de Energia da Barragem de Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado)	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de suspensão temporária da geração de energia. Possibilidade de descontinuidade da geração de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar apresentação com os laudos e documentação relativos aos critérios de segurança (defesa civil, corpo de bombeiros e sociedade) e demais estudos técnicos desenvolvidos na usina de Lajeado.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

11.2. Remuneração dos Administradores

A prática de remuneração adotada pela CEB Lajeado S/A tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia. A composição da remuneração dos administradores acompanha as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas do ramo elétrico, com porte semelhante ao da CEB Lajeado S/A, bem como as responsabilidades inerentes a cada cargo.

A remuneração dos administradores e conselheiros é fixada, sob a égide da Lei 6.404/76, art. 152, caput, e em consonância com as disposições estatutárias, conforme deliberado pela 22ª Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2022, que fixou também a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CEB Lajeado S/A, em 20% (vinte por cento) da média mensal da remuneração dos diretores.

Remuneração

- Total da Remuneração com encargos sociais no exercício de 2022.

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Remuneração	327	228	1.153	1.708
Gratificação férias	-	-	29	29
Gratificação Natalina	-	-	98	98
Encargos sociais	65	47	374	486
Previdência Privada	-	-	63	63
Outros	-	-	165	165
Total	392	275	1.882	2.549
Número de membros	7	3	3	13

Referência: Demonstrações Contábeis CEB Lajeado 2022.

- **Média mensal/anual da remuneração dos diretores**

Remuneração Total: R\$ 1.882.000,00 (03 diretores) - R\$ 32.802,60 - (vinte e nove mil reais).

- **Média mensal da remuneração dos conselheiros de administração**

Remuneração Total R\$ 392.000,00 - (03 conselheiros) – R\$ 6.501,42 mil (cinco mil e oitocentos reais)

- **Média mensal da remuneração dos conselheiros fiscais**

Remuneração Total R\$ 275.000,00 - (03 conselheiros) – R\$ 6.501,42 (cinco mil e oitocentos reais).

Observação: a média das remunerações e demais custos poderá sofrer alterações em caso de vacância em uma das diretorias e conselhos de administração e fiscal. O custo total e benefícios é demonstrado no quadro acima.

Importante ressaltar que sobreveio a Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 124 de 25 de novembro de 2021, a qual passou a permitir, em conformidade à Lei 13.303/2016, a cumulação no recebimento de gratificação quando da participação em órgão de deliberação coletiva no âmbito da administração direta e indireta do DF, enquadrando então a CEB Lajeado. Assim, confere-se:

Art. 1º A Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o art. 365, caput e § 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 365. A participação em órgão de deliberação coletiva no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal deve ser exercida pelo Governador do Distrito Federal, por Secretários de Estado do Distrito Federal, por servidores públicos, por empregados públicos ou por membros da sociedade civil.

§ 1º Na hipótese de participação em até 2 órgãos de deliberação coletiva, o participante faz jus à gratificação paga em cada órgão.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

II - é acrescido ao art. 365 o seguinte § 3º:

§ 3º Para a ocupação dos cargos de que trata o caput, devem ser observados, no que couber, os requisitos, os impedimentos e as vedações contidos na legislação federal aplicável ao exercício de cargos nos conselhos de administração e conselhos fiscais dos entes da administração pública, devendo os requisitos ser comprovados previamente por meio documental, inclusive nos casos de recondução, sob pena de nulidade do ato de investidura.

11.3. Informações Relevantes

Informações Relevantes:

Importante mencionar que os demais custos da Companhia, como encargos de folha de pagamento, gastos administrativos, fornecedores e prestadores de serviços, representam custos sem grande relevância e materialidade para o negócio da entidade. Nos últimos anos a CEB Lajeado vem alcançando todas as metas técnicas e financeiras quando comparado ao seu Plano de Negócios. Além dos excelentes resultados financeiros mencionados acima, a entidade cumpriu todos os seus objetivos.

Ao longo de 2022, a CEB Lajeado avançou consideravelmente em mecanismos de governança e controle, atualizou seu mapa de riscos e respectivo plano de ação, que será implementado ao longo de 2023, com vistas a atender às determinações da Lei 13.303/2016. Além disso, a Companhia prestou contas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao órgão regulador de energia elétrica Agência Nacional de Elétrica "ANEEL".

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócios da Empresa.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2022, destacam-se:

- Monitoramento semanal dos preços de energia - PLD, acompanhamento e adoção de estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo a aquisição de energia para reduzir exposição da empresa junto ao MCP/CCEE, e eventualmente vender o excedente sempre que houver oportunidade de interesse da Cia;
- Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- Regularização da situação fiscal da empresa, pondo fim a maioria das pendências fiscais que se arrastavam desde 2002, com resolução de relevantes processos administrativos e judiciais, além da compensação e o pagamento de débitos fiscais antigos, que viabilizaram status de regularidade fiscal junto à Receita Federal atualmente obtido pela CEB Lajeado;
- Otimização dos controles internos, com a atualização e reformulação do Mapa de Riscos;
- Atendimento a Lei 13.303/2016, pondo em prática o novo Plano de Ações, conforme previsto no Mapa de Riscos;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); acompanhamento da Medida Provisória nº 998/2020, atual Lei 14.120/2021;
- Readequação da estrutura física e de informática da Companhia;
- Distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias.
- Com o intuito de cumprir com a sua função social, a CEB Lajeado poderá utilizar-se dos incentivos fiscais, destinando parte do recolhimento de impostos, mediante lei, para incentivar determinadas atividades. Em compensação, a renúncia fiscal constitui um benefício fiscal para o contribuinte, desde que observe, com rigor, os requisitos que a lei exige para o direito de utilizá-lo. Em 2022 a CEB Lajeado participou do Projeto de Incentivos Fiscais Federais, tendo como base a Lei nº 11.438/2006. A Entidade

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2023 – (Ano Base 2022)

beneficiada foi o “Brasília Vôlei”, instituição conhecida em todo o Distrito Federal, com o objetivo de revelar jovens atletas em âmbito nacional e por realizar projetos com crianças e adolescentes, visando a inclusão social e formação educacional por meio por esporte. Maiores detalhes e esclarecimentos sobre esse projeto, podem ser solicitados e consultados por meio da Lei de Acesso à Informação, regulada pela Lei nº 12.527/2011.
